

mentos, mostra para nós que temos rendas entre R\$500,00 e R\$1.000,00 porém, o que levamos em conta para saber se a família tem capacidade de endividamento é a composição familiar. Eu, Nancy, considero que a renda familiar dividida por sua composição é representativa. **Sra. Elisabete** - Está aberto à todos o cadastro socio econômico das famílias. **Sra. Nancy** - E em relação às famílias que adquiriram o imóvel, que não é a demanda original, estamos falando de empreendimento que foi entregue há 14 anos e que nunca foi comercializado. A pessoa que está lá tem o mesmo direito que o outro porque ele socialmente ajudou uma outra família a resolver o seu problema habitacional, e quem vendeu, mesmo tendo resolvido o seu problema, infelizmente nunca mais vai ter um financiamento pela Prefeitura. **Sra. Elisabete** - Os Conselheiros mantêm a proposta, comprometendo, se quiser 2ª feira se reunir com o Comitê dos Idosos para construir a solução. A Dra. Vera já entendeu que proposta nenhuma revoga a Resolução. Vamos votar. OK aprovada a Resolução. **Sra. Marizilda** - A questão tratada no voto 27/2011 é decorrente de uma Operação Intelligida, aprovada a favor da Sociedade de Empreendimentos **PACIOLO** Ltda., também conhecida como SOPAEL, na qual estava prevista a retirada, a doação pela SOPAEL à Prefeitura de 65 unidades habitacionais HJS para abrigar famílias que tinham invadido e ocupavam a área da SOPAEL. A SOPAEL pagou, o valor equivalente à essas 65 unidades, a COHAB construiu no Conjunto Adventista e pouco antes de entregar e atender essa demanda originária, essa área foi irregularmente invadida por uma outra demanda também da SEHAB. Como de praxe, previsto em lei, a COHAB depôs ações de reintegração de posse, desistindo delas com consentimento com a Secretaria. Ficou estabelecido que se construiria com os recursos da SOPAEL um novo empreendimento de nome Vale Velho na região de Itapevi, com os recursos da SEHAB, Esses recursos não vieram, essas construções não foram feitas e não foi atendida a demanda originária que eram as famílias invasoras das áreas da SOPAEL, então ficou em pendência esse valor da SOPAEL recebido e com a contraprestação não cumprida. A proposta reivindicada pela SOPAEL, defendem o pagamento dessa quantia, desistem dos juros e pedem a aplicação de atualização pela tabela praticada no Tribunal de Justiça. Isso foi estudado, analisado, concluiu-se que a proposta deles, a reivindicação deles, além de legítima era viável de aceitação. **Sr. Benedito** - Tema importante termos esse parecer do Tribunal de Contas. Não resolvemos o problema dos idosos e vamos dar 2 milhões para a empreiteira. Estou propondo a seguinte sugestão, que suspenda esse voto, que pegamos as avulsões no Tribunal, que ouçamos inclusive com mais calma os Procuradores, que busque entender melhor na Executiva. **Sra. Elisabete** - Nossa Procuradoria juntou com a COHAB análise à exatidão o a Dra. Vera poderia colaborar já que você solicitou. **Sra. Vera** - Uma empreiteira construiu e teve prejuízo porque ela foi contratada pela Prefeitura, na verdade ela se propôs, fez uma Operação Intelligida, assinou um compromisso com a Prefeitura e construiu 65 casas e essas casas foram ocupadas por demandas da Prefeitura que não tinha nada a ver com o que tinha sido combinado na Operação Intelligida. A Prefeitura utilizou essas casas com a demanda dela mesma, da SEHAB e, essas casas até hoje não foram pagas a esse senhor, que por acaso é um empreiteiro. Juros de mora é uma coisa que sempre que você tem uma dívida, incide, ele está abrindo mão, se um dia ele for pedir no Judiciário, a Prefeitura um dia vai ter que pagar isso para ele e a despesa que o Poder Público vai ter é muito maior, então se pensou, essas casas vão ser vendidas e esse dinheiro retorna para o Fundo Municipal da Habitação. **Sr. Antônio Maria** - Na verdade não é um pagamento, é um reembolso de um valor de uma apropriação indebita que permanece na Prefeitura, Fundo Municipal como sucessor do instinto FUNAPS até hoje. **Sr. Ricardo** - Para ele poder ter o habite-se do prédio que ele estava construindo, ele teve que pagar novamente esse valor. Então ele pagou 2 vezes pelas casas, e ele quer que volte 1 vez, para poder resolver o problema da falha que houve na época da SEHAB. Como somos interessados em manter essas famílias que estão lá hoje, estaríamos pagando o equivalente a R\$34.000,00 por casa. Para nós é mais barato do que essas famílias serem despejadas e atendermos de outra forma. Queremos regularizar essa situação e vamos regularizar a casa no nome dessas pessoas que já lá residem. **Sra. Elisabete** O Ricardo explicou bem que é para evitar esse processo. **Maksuel** se inscreveu. **Sr. Maksuel** - Hoje, pelo salário mínimo, qual seria o valor da Operação dessas unidades? De comercialização, porque eu cheguei numa conta que chego a R\$37.295,77 se você pegar os 2.424,025,39 e dividir por 65. **Sra. Elisabete** Você tem toda razão **Maksuel**, esse é o valor que está dando por unidade, uma unidade nova hoje custaria mais do que isso. Está dando esse valor menor porque ele está abrindo mão, fez parte da negociação que a Comissão fez para ele. **Sr. Ricardo** - Na verdade, o valor de comercialização é em função do que a pessoa ganha, seria nos termos dessa Resolução, não é função de quanto custa, é em função de quanto a pessoa pode pagar. **Sr. Maksuel** - Então seria no termo dessa nova Resolução? Seriam os R\$10.900,00? Se seria no termo da nova Resolução, então ficaria R\$708.500,00 que voltariam, entre aspas, para o Fundo, sendo que vai ficar mais ou menos de saldo devedor ou vai ficar de contrapartida 1,715,725,39 a fundo perdido, é isso? As outras 65 famílias que ocuparam

**Nair. Sr. Ricardo** - Esse ano temos 50 milhões para gastar no Fundo. A produção habitacional que fizemos a média dos 8 anos anteriores, foi de aproximadamente 1.600 unidades por ano no âmbito do Fundo Municipal de Habitação e da COHAB. No ano de 2009, 1º ano dessa gestão conseguimos estruturar 1.879 unidades. Nessa gestão aqui, nesse 2 ano, passamos a ter uma média de 4.000 unidades. **Sr. Pedro** - Eu quero solicitar que os Conselheiros recebam essa prestação de contas mais detalhada. Sobre tudo do ano que acabou de encerrar com 50 e tantos milhões de reais que foram aplicados. Gostariamos de ter a informação de onde eles foram aplicados porque foram resultados dos nossos votos, preferencialmente impresso, como nós recebemos os outros pedidos de voto e isso já foi pedido no ano passado. **Sra. Elisabete** - Vamos encaminhar essa sua solicitação, a Secretaria se compromete a isso. **Sr. Manoel** - Quantas unidades serão construídas esse ano? **Sr. Kazuo** - Nós precisamos ampliar esses recursos. Eu gostaria de registrar em Ata essa reivindicação para que os Conselheiros todos aqui, os técnicos da Prefeitura fizessem o máximo de esforços possíveis para nós podermos ampliar essa margem. **Sr. Ricardo** - Nós apresentamos aqui quando nós deliberamos o voto, por exemplo, para comprar terrenos, estávamos considerando no planejamento uma fração ideal de 17.000 reais por unidade e que isso daí seria complementado exatamente pelo Minha Casa Minha Vida que hoje o limite é de 52.000 reais. Na verdade o recurso não está diminuindo, ele está mais ou menos constante, mas na prática está aumentando muito mais à mercê dessa política adequada que foi definida aqui no próprio âmbito do Conselho Municipal da Habitação. **Sra. Elisabete** - Acho que na próxima reunião nós poderemos apresentar todas as ações e resultado do ano 2010. Vamos passar a próxima solicitação de voto. **Sr. Rogério** - Quereria solicitar à mesa que por uma questão de lógica eu inverter a forma de apresentação dos 3 votos, fazendo primeiro a apresentação do Voto 28. Em sequência o Voto Nº 30 e concluindo o Voto 29. **Sra. Elisabete** - A mesa concorda. **Sr. Rogério** - O objetivo de estamos aqui, é para buscar junto à Prefeitura uma renovação de um convênio que foi firmado em maio do ano passado, para buscar auxílio do Poder Público Municipal na viabilização dos Projetos do Minha Casa Minha Vida, recursos do Fundo do Desenvolvimento Social que visa atender Entidades Sociais, Movimentos Sociais. Tínhamos aprovado nesse mesmo Conselho em maio passado um quantitativo de 5.000 reais por unidade, até por uma deliberação da própria Plenária, esse valor ficou condicionado a um número de 1.000 em função de termos de decisão em novembro de 2010 exauridos os recursos disponíveis para o Fundo Municipal. Apresentamos uma nova proposta de voto que hoje está vindo para a Plenária. É a renovação desse convênio para que pudéssemos contar com o valor de 5.000 reais por unidade habitacional utilizado no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades até o limite de 3.000 unidades. Tínhamos em análise em 1º de novembro, 2.700 unidades habitacionais que de uma forma ou de outra poderíamos vir a utilizar esses recursos. **Sra. Elisabete** - Vamos a aprovação. Proposta de Voto Aprovada. **Sr. Rogério** - Trago duas solicitações de aporte ao Fundo Municipal de Habitação para que sejam viabilizados empreendimentos habitacionais na Região Leste da Cidade de São Paulo. Empreendimento José Maria Amaral, antigo Florestan Fernandes, onde está sendo solicitado um aporte de 990.000 reais para o empreendimento de 198 unidades, dois blocos, 11 pavimentos e 4 elevadores, e outra proposta também para o mesmo Movimento Social, mesma entidade organizadora. O Empreendimento Florestan Fernandes, de 198 unidades que está sendo também construído na Zona Leste. O terreno, está comprado pelo Fundo de Desenvolvimento Social e agora a Entidade tem até 1 ano para apresentação do projeto de construção e início das obras. Nos dois empreendimentos temos recurso do FDS, temos uma contrapartida financeira da entidade organizadora em espécie, outra em mão de obra mutirão, isso para os dois empreendimentos. **Sra. Elisabete** - Vamos a aprovação. A proposta está aprovada. **Sr. Rogério** - O 3º voto, embora seja um pedido de voto para aporte do Conselho Municipal de Habitação, do Fundo Municipal de Habitação para o empreendimento, não se trata de um empreendimento Minha Casa Minha Vida. Trata-se de um empreendimento do Crédito Solidário que foi assinado em dezembro de 2008 e dentro do limite e programado para cada unidade até o limite de 30.000 reais. Foi contratado, é um empreendimento de 96 unidades e que no caso é o Empreendimento Vila Patrimonial. É uma forma de tentar melhorar a qualidade final das unidades habitacionais, uma melhoria de acabamento. O pedido original chegava a 826.000 reais, nós temos como limite máximo, considerado dentro dessa proposta, também os mesmos 5.000 reais por unidade habitacional. A proposta é trazida para os senhores de um aporte de 480.000 reais para melhorias do empreendimento da Vila Patrimonial. **Sr. Pedro** - Acho que nós deveríamos fazer uma adaptação na solicitação de voto 28. Os 5.000 reais que estão sendo solicitados não são apenas para o Programa Minha Casa Minha Vida, na verdade é para o voto anterior que possa então incluir Minha Casa Minha Vida e Crédito Solidário para que dessa forma nós não tenhamos depois nenhum problema de justificativa, como Conselheiros, de que foi feito um repasse para um outro Programa que não Minha Casa Minha Vida. **Sr. Rogério** - Essa

neiro e o que ficar faltando, ou cada um vai colocando ao longo do tempo ou tentar aumentar o valor do financiamento de 30 para 33.000 reais. Por definição legal o administrador público trabalha em cima de regras, a falta de regras não significa que ele pode atuar hoje, a Legislação não permite. Amanhã poderá vir a ser permitido? Poderá. **Sr. Ararér** - A única coisa que me deixa um pouco desconfortável é nós não temos um planejamento do Fundo. Esses recursos que ele tem hoje o quanto que nós estamos destinando a essa parceria, isso já podia estar planejado. **Sr. Ricardo** - Nós conseguimos viabilizar um Programa que é o do FDS, sabemos que os valores são sempre muito limitados. A rigor nós nem temos previsão orçamentária esse ano, precisamos que o Conselho aprove. Vamos fazer uma gestão em SEMPLA para poder articular recursos. Estamos confiando na verdade no discernimento da Caixa, a demanda do FDS é a mesma demanda do Fundo Municipal da Habitação. No ano passado limitamos a 1.000 unidades e esse ano nós estamos trazendo mais, aparentemente esse aqui eu já dei uma pré-conversada com o Secretário de Planejamento, ele falou que nos ajudaria. **Sr. Rogério** - Hoje, precisaríamos ter outros Projetos para poder gastar todo aquele dinheiro, tanto que quando eu trouxe a proposta de convênio de 3.000 unidades. De uma certa forma estar planejando gastar uma parte daquele recurso, se não tivermos a parceria com o Poder Público Local, fica muito difícil de se viabilizar. **Sr. Ricardo** - Temos 50 milhões disponíveis porque estamos no começo do ano. À medida em que fomos evoluindo, ao longo do ano vamos ter mais ciência em relação a esse planejamento. **Sr. Maksuel** - O que vai ter de verbalizado para esses prédios que estão aqui no centro, são 50 prédios? **Sr. Ricardo** - Cada prédio é um caso. É difícil hoje como temos uma folga, temos um recurso que não vamos conseguir gastar em 2 meses, então dá para nós irmos trabalhando, entender. Mas, daqui a 2 meses vamos ter uma noção um pouco melhor de qual será a perspectiva. **Sr. Maksuel** - Eu gostaria que houvesse um comprometimento sobre a sua pessoa e sobre a Caixa Econômica Federal. Que seja acordado dentro de Caixa Econômica Federal para que o valor seja de R\$33.604,00 para que as famílias consigam o financiamento. Estou aprovando esse pedido porque eu acho um pedido justo. Acho que a Caixa deveria dar uma contrapartida para esse Conselho, de não pedir essa contrapartida para as famílias e já englobar essa contrapartida dentro do valor final do financiamento que passe de 30 para 33.000. **Sra. Nair** - A Maria Isabel quando falou desse voto já há algum tempo solicitou na Executiva e por uma questão de texto nós pedimos que suspendesse. Fizesse uma avaliação juntamente com a planilha e que também nos apresentasse o término desta obra. Hoje nos chegou aqui para tirar do valor de 990,00, aí se faz a conta final, sobram 3.000 reais para cada família, de um processo árduo, já antigo. Eu acho que a Caixa precisa rever o papel dela, por que não migrar para o Minha Casa Minha Vida onde o recurso financeiro é 52.000,00, com o que já teria sido liberado nós teríamos, fariamos, zerava a conta, mas quando você falou antes de colocarmos que não existe mais o Crédito Solidário, que está Minha Casa Minha Vida. Quando o Maksuel pergunta, por que então o recurso não vem do Minha Casa Minha Vida? É uma lei contratual, 30.000 reais pela Caixa Econômica Federal? Rogério, está na hora de você ser nosso representante lá dentro, nós precisamos melhorar isso, não há liderança que dê para construir nem com 52.000. Por isso que o Minha Casa Minha Vida está deste tamanhinho, está tímido, enquanto a construtora sobe, às vezes até implorando por demanda, o que dirá por uma construção. Então, você, nosso parceiro, como o Ricardo tem ajudado tanto a Caixa nessa questão aí das áreas, se tiver que reunir a Caixa, as outras pessoas com esses Conselheiros, o faça, nós precisamos melhorar o recurso do Minha Casa Minha Vida e desse Crédito Solidário que já era. **Sr. Benedito** - O Movimento de Moradia ficou 18 dias acampado na porta da Caixa Econômica Federal para tentar aumentar naquele momento o valor do Crédito Solidário de 18.000 reais para 27.000 reais e depois caravana à Brasília, a mobilização, chegou em 30.000. O Rogério já aprovou na 1ª Resolução aqui mais 5.000 para o Minha Casa Minha Vida que eleva o valor do Minha Casa Minha Vida para 57.000. Estamos brigando com o Estado para ver se conseguimos mais 15.000 para ir para 67.000, 20.000 para 72.000 reais, então é uma injustiça com esse povo que está lutando há muitos anos quando nós ainda estamos aqui aprovando. O certo mesmo seria aprovarmos 10.000 reais como aprovamos lá no primeiro Crédito Solidário, Leão de Judá. Saliu nos jornais que as empreiteiras já aprovaram os investimentos, os repasses de financiamento para as rendas acima de 10 salários mínimo estão recebendo. Nós que somos aqui os pequeninhos estamos lutando para as famílias de zero a 3, estamos aqui esperando. **Sra. Isabel** - Eu também fiz uma solicitação de voto, quero já colocar que eu estou retirando a solicitação de voto 31. Estou contemplada aqui com a solicitação que a Caixa fez. Tínhamos feito uma solicitação, perto de 9.000, que era exatamente para fazer acabamentos, complementos, porque o Programa Crédito Solidário não há a necessidade, como a Minha Casa Minha Vida de ter os acabamentos. Naquela época nós aprovamos na Caixa sem esses acabamentos. Os 3.000 reais, a diferença dos 8 mil e tanto para os 5.000 são acabamentos que as famílias mesmo vão fazer, pintura em especial. Levamos isso para a Secretaria Executiva o ano passado e realmente esperamos mesmo que seja

Conselheiros mais faltantes, vocês analisaram se o Conselheiro Elcio e a Conselheira Mônica não participam. Da mesma forma eu gostaria de dizer que hoje o Conselheiro Elcio está nos defendendo na busca de recursos no Ministério das Cidades e a Conselheira Mônica, sim, pisa em favela. Ela foi a 1ª representante de uma Escola de Arquitetura da Cidade de São Paulo que propôs fazer um Curso para Arquitetos e Urbanistas que nunca pisa em favela, eu não tenho a menor condição como Conselheira e Secretária Executiva de pontuar quem é mais representativo aqui. **Sr. Kazuo** - O Conselheiro Elcio e a Conselheira Mônica Bueno, estão à par de que esse voto estaria sendo colocado em discussão hoje, nessa Plenária, nessa reunião. Deveriam minimamente estar presente aqui para poder expor para todos nós o seu papel, a sua atribuição. É um Conselho extremamente importante do ponto de vista financeiro e também extremamente importante para a habitação. Eu acho que tem se rever essa forma de indicação porque senão nós não vamos nos sentir legitimamente representados nesse processo. **Sr. Elgito** - O que me preocupa é nós definirmos quem mais representa, eu acho que todos que estão aqui representam. Desde o empresariado ao Movimento Social, ninguém é diferente, tudo mundo tem voto aqui. A nossa representação aqui é igual e o voto é igual. Ninguém representa mais ou menos, da representatividade não se questiona e não se discute nesse Conselho. **Sra. Cláudia** - Para compor um Conselho é importante que tenham todos esses lados, é importante também ter o lado de quem vive as situações, porque senão você tira um pouco dessa captação do Conselho Gestor de ter um olhar e a vivência de quem está na situação. Seria importante que tivesse outros componentes também de outras classes e que pudessem ser votado democraticamente, sem desmerecer os dois indicados. **Sra. Elisabete** - Vamos a votação, 17 Conselheiros favoráveis, 6 Conselheiros são contrários então, está aprovada a indicação ad referendum solicitação de voto 32/2011 e convidaremos o Conselheiro Elcio para apresentar na próxima reunião a atuação dele no Conselho Municipal de Saneamento bem como as propostas que já estão sendo encaminhadas em termos do uso dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento. **Sr. Pedro** - A indicação ad referendum sem que nós possamos fazer a eleição dos Conselheiros que nos representam, é um processo anti-democrático, vocês sabem que têm a maioria e vocês não permitem nem que a minoria possa ser representada. **Elisabete** - Agradece e encerra a reunião.

**HOSPITAL DO SERVIDOR**

**RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO**

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. (Para Processos de Dispensa/Excludividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis. (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
AUSUBINDO PHARMA IND. FARM. LTDA	2011-4-101.874-3	-Ata de RP 329/2010 1175
CAZUQUIM FARM. IND. COM. LTDA	2011-4-101.842-0	-Ata de RP 276/2009 1178
CITS TECNOLOGIA S/A	2010-4-247.765-4	-Ata de RP 001/2010 1176
	-RIDE	
INDÚSTRIA FARMAC. RIOQUÍMICA LTDA	2011-0-083.519-5	-Dispensa 1167
LABORATÓRIO QUIM. FARM. BEB-	2011-0-101.724-4	-Ata de RP 206/2009 1174
GAMIO LTDA		
SANON IND. COM. IMP. EXP. LTDA	2010-6-267.910-9	-Pregão 184/2010 1164
UNIBÃO QUÍM. FARM. NACIONAL S/A	2011-4-102.874-9	-Ata de RP 294/2010 1179
	-SMS-G	

**RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE PROCURADORIA**

Encontra-se a disposição do Interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Procuradoria, na Rua: Castro Alves, 131, 3º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
AUGUSTO CESAR B. P. VALENTINI GENTIL	2010-0-014.443-9	-Pregão 046/2010 1181
	-ME	
SÍNTESE FARMACÉUTICA LTDA	2007-0-084.254-0	-Pregão 085/2007 1185

**RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO**

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. (Para Processos de Dispensa/Excludividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis. (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
BALMER S/A	2011-4-061.252-8	-Hesigibilidade 1161
CRISTINA PROD. QUÍM. FARMCS.	2011-4-101.362-6	-Ata de RP 1169
LTDA	112/2010	-SMS
DE PAULI COM. REP. IMP. EXP. LTDA	2011-4-001.409-4	-Pregão 028/2011 1186
EMPREENHEIRA GROTO LTDA - EPP	2011-0-003.633-0	-Dispensa 1166
BIOTARMA INDL. FARM. LTDA	2011-0-092.280-2	-Dispensa 1168
FRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	2011-4-101.698-8	-Ata de RP 1171